

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Nagorno-Karabakh: o papel da Rússia e Turquia no conflito entre Armênia e Azerbaijão.<sup>1</sup>**

Acadêmico: Maksuel Paiva Ferraz  
Profa. Orientadora: Dra. Silvana Schimanski

**Resumo**

A região conhecida como Nagorno-Karabakh, localizada no sul do Cáucaso entre o Mar Cáspio e o Mar Negro, tem sido palco de conflitos recorrentes desde a dissolução do bloco soviético em 1991. Armênia e Azerbaijão são os dois países que disputam o controle territorial na região do Cáucaso, onde situa-se o território de Nagorno-Karabakh, o qual esteve sob jugo de impérios distintos ao longo da história, como por exemplo Império Persa, Império Romano, Império Bizantino, Otomano e o Império Russo. Por se tratar de uma região do Cáucaso importante economicamente e politicamente, Rússia e Turquia possuem interesses próprios na região, atuando repetidas vezes como mediadoras do conflito. Ainda assim, o conflito tem se mantido ao longo dos anos, favorecendo a atuação regional de tais potências. Nesse contexto, o objetivo geral do trabalho é compreender o papel da Rússia e da Turquia no referido conflito, à luz dos conceitos da teoria Realista das Relações Internacionais. Por meio da abordagem qualitativa e consulta a fontes secundárias, com finalidade analítica, a pergunta que norteia a pesquisa é qual o papel da Rússia e da Turquia no conflito entre Armênia e Azerbaijão na região de Nagorno-Karabakh? O estudo leva a concluir que enquanto a Rússia tem interesse na continuidade de conflito na região para assegurar uma posição de domínio efetivo, o interesse da Turquia tem sido um pouco mais amplo, com aproximação econômica e militar do Azerbaijão, além da aproximação identitária, contrabalançando a presença da Rússia. Tanto Rússia quanto Turquia possuem interesses próprios, em razão do seu *status* naquela região.

**Palavras-chave:** Território; disputa territorial; influência; realismo

**1. Introdução**

O objetivo do presente trabalho é compreender o conflito entre armênios e azeris no território de Nagorno-Karabakh (N-K) e os interesses de Rússia e Turquia por essa região à luz da teoria Realista das Relações Internacionais. Esta abordagem teórica oferece conceitos fundamentais para a análise das ações de Rússia e Turquia, principalmente, uma vez que conceitos e premissas formulados pelos teóricos dessa vertente - como poder e interesses -

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de artigo científico apresentado à Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

tornam-se ferramentas para a análise do conflito no território de Nagorno-Karabakh através da importância dessa região do Cáucaso.

A região conhecida como Nagorno-Karabakh, localizada no sul do Cáucaso entre o Mar Cáspio e o Mar Negro, tem sido palco de conflitos recorrentes desde a dissolução do bloco soviético em 1991. Armênia e Azerbaijão são os dois países que disputam o controle da região. Embora o território seja reivindicado há bastante tempo, por ambos Estados, com disputas que remetem a antes mesmo da criação da União Soviética em 1922, foi na década de 1990 que cerca de 1 milhão de civis foram deslocados da região e aproximadamente 30 mil foram mortos (CORNELL, 2017). O conflito envolve uma disputa por território, no centro da questão. Porém, pode-se visualizar, também, motivações étnico-religiosas e um movimento separatista.

A região do Cáucaso, onde situa-se o território de Nagorno-Karabakh, esteve sob jugo de impérios distintos ao longo da história. Dentre várias disputas pela estratégica região do Cáucaso, já dominaram aquela faixa territorial: Império Persa, Império Romano, Império Bizantino, Otomano e o Império Russo (VASH, 2014). Esse fato é relevante para que se compreenda as raízes do conflito, pois teve papel fundamental na formação multiétnica da região.

Segundo Cornell (2017), a população armênia, maioria na região, reivindica uma presença histórica dominante naquele território, além do motivo de possuir maioria absoluta naquele território. Por outro lado, a região autónoma de Nagorno-Karabakh fica dentro das fronteiras do país rival neste conflito, o Azerbaijão. Tal espaço territorial foi colocado sob seu domínio em 1921, como parte de um acordo firmado entre a República Soviética Russa e a recém criada República da Turquia. A reivindicação do povo azeri se dá, justamente pelo território estar dentro de suas fronteiras, pois estes não reconhecem a auto-proclamação da República de Nagorno-Karabakh, declarada por separatistas armênios (CORNELL, 2017).

O conflito entre os países se dá, também, por questões étnico-religiosas. Isto ocorre porque na época foi decidido que o território de Nagorno-Karabakh seria uma região autónoma, dentro do território do Azerbaijão. Porém, a população local é formada, em sua maioria, por armênios cristãos. O litígio se explica quando se constata que no Azerbaijão a população é de maioria muçulmana. Em suma, o cerne do conflito pelo território de Nagorno-Karabakh está na incompatibilidade entre o conceito de Estado-nação e a realidade demográfica e étnica da região (CORNELL, 2017).

A paz entre os países foi selada em 1994 quando ambos chegaram a um comum acordo. Porém, pequenos conflitos nunca deixaram de existir. Trocas de tiros e algumas ameaças eram comuns, mas mesmo assim ambos governos vinham reafirmando seu acordo de paz. Até que, em 2016 as coisas voltaram a ficar mais tensas, pois farpas maiores foram trocadas, chegando ao Azerbaijão ameaçar que bombardearia a central nuclear da Armênia, a situação ficou ainda mais crítica em 2020 onde o cenário parecia de uma segunda guerra (CORNELL, 2014).

As motivações de armênios e azeris em disputar este território tendem a se repetir ao longo da história. O principal motivo que faz o conflito perdurar até os dias atuais é a reivindicação, por parte de ambos países, em ter o território de Nagorno-Karabakh anexado às suas fronteiras. A ocupação dessa região por estes dois povos e o sentimento de pertencimento por duas etnias tão distintas faz com que as duas nações sintam direito de lutarem para controlar a região de Nagorno-Karabakh.

Por se tratar de uma região do Cáucaso importante economicamente e politicamente, Rússia e Turquia possuem interesses próprios na região. Nesse contexto, apareceram repetidas vezes como “mediadoras” do conflito sempre que esse eclodiu. Inúmeros acordos “mal arranjados”, tendo a influência direta da Rússia, fez com que o conflito se arrastasse por décadas (CORNELL, 2017). A ausência de uma mediação comprometida, realizada por um terceiro país, que ajudasse a alcançar uma resolução pacífica entre estes dois países, aliado a um sistema internacional anárquico onde não há um órgão fiscalizador acima dos dois países para intervir no conflito, abriu espaço para que os conflitos ganhassem maior proporção e afastou as duas nações de uma resolução definitiva (MINZARARI, 2020).

Sabe-se que o conflito entre Armênia e Azerbaijão já dura longas décadas e a pergunta que norteia este trabalho é: qual o papel da Rússia e da Turquia no conflito entre Armênia e Azerbaijão na região de Nagorno-Karabakh? A partir da abordagem qualitativa, amparada pelos conceitos da teoria realista formulados por autores como Edward Carr Hans e Morgenthau (CARR, 2001; MORGENTHAU, 2003), este trabalho foi elaborado a partir de fontes bibliográficas que trouxeram para a análise perspectivas e dados coletados por diversos autores. As premissas centrais da teoria realista são a centralidade do Estado, este que busca sempre sua sobrevivência e a função do poder para garantir essa sobrevivência. (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

Além da introdução e considerações finais, o trabalho foi dividido em três partes. A primeira apresenta os conceitos norteadores da abordagem Realista das Relações

Internacionais. A segunda, resgata as origens do conflito na região, a partir da queda do Império Russo, início do litígio, até os desdobramentos recentes, bem como os acordos que foram firmados entre os dois Estados durante esse período. Por fim, analisa-se a participação de Rússia e Turquia no conflito para que se possa compreender o papel que cada uma dessas potências regionais exercem nos desdobramentos de tal processo conflituoso.

## **2. Aspectos teórico-conceituais para análise do conflito**

A presente pesquisa busca amparo na corrente teórica Realista das Relações Internacionais, para aplicá-las no conflito com o intuito de analisar tal disputa. Utilizando-se da premissa básica do Realismo Clássico, com autores como E. Carr e H. Morgenthau, podemos explicar as ações da Turquia e, principalmente, da Rússia. Este último país sempre teve papel importante na resolução desse conflito.

O autor Edward Carr, célebre teórico do pensamento realista, depois de sua carreira como diplomata, fez contribuições importantíssimas para a análise das relações internacionais. Em sua obra clássica - *Vinte anos de crise 1929-1939* - inaugura a crítica ao que considerou uma política excessivamente idealista que dominava a política internacional no contexto desde o fim da Primeira Guerra Mundial (CARR, 2001). Imbuído de um sentimento de discordância com as discussões acadêmicas e políticas pautadas em valores e ideias nas relações internacionais, para ele, proposições liberais de harmonia de interesses expressavam uma profunda distorção da realidade da época. (CASTRO, 2012)

Para E. Carr, “embora não se possa definir a política exclusivamente em termos de poder, é seguro dizer-se que o poder é sempre um elemento essencial da política.” (CARR, 2001, p. 135). Aqui mais uma vez visualiza-se a preponderância da noção de poder para análise da maioria dos eventos que acontecem nas relações internacionais, pela visão dos teóricos realistas. Sua contribuição consolida e inspira outros autores acerca de uma abordagem mais “realista” e menos utópica das relações entre os os países.

Hans Morgenthau é o mais conhecido dos autores nos estudos clássicos das teorias de relações internacionais. Nascido na Alemanha, ele emigrou para os Estados Unidos no período entre guerras do século XX. No seu livro *Politics among nations*, organizou e apresentou ao mundo importantes premissas para o estudo do realismo clássico da área de Relações Internacionais (MORGENTHAU, 2003)<sup>2</sup>. Conceitos como a centralidade do Estado nas relações internacionais, poder e sobrevivência fazem parte da obra publicada pelo autor

---

<sup>2</sup> A versão utilizada como referência bibliográfica para esta pesquisa é a tradução de Oswaldo Biato, publicada em 2003 pela editora Universidade Nacional de Brasília.

em 1948 (NOGUEIRA, MESSARI, 2005). Nesse mesmo trabalho o autor apresenta seis princípios do realismo político.

Os seis princípios criados e extremamente difundidos por Hans Morgenthau irão desempenhar papel fundamental na análise do conflito sob a ótica realista. As noções de Estado, sua racionalidade e a forma previsível como as grandes potências atuaram ao longo da história auxiliam para que se possa compreender as ações da Rússia como mediadora de um conflito que segue sem solução. Em seus princípios o autor também fala sobre as noções de interesse, premissa essa do realismo clássico que auxilia a interpretar o porquê de algumas ações serem tomadas por determinados países.

Segundo Nogueira e Messari (2005), para Morgenthau os Estados buscam o poder com a clara intenção de manutenção do *status quo*, de se expandir ou até mesmo de prestígio, “apenas”. Essa passagem do que pensa o autor sobre a disputa por poder é de extrema relevância para analisar as ações das potências envolvidas no conflito, bem como as atitudes dos Estados envolvidos diretamente no conflito através da premissa de ‘busca pela expansão’.

O primeiro princípio, nas palavras do autor:

O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana. Para estar em condições de melhorar a sociedade, é necessário entender previamente as leis pelas quais a sociedade se governa. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, de nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiá-las terão de incorrer no risco de fracasso. (MORGENTHAU, 2003, p. 4).

Segue,

O realismo parte do princípio de que a natureza de uma determinada política externa só pode ser averiguada por meio do exame dos atos políticos realizados e das consequências previsíveis desses atos. Desse modo, torna-se possível descobrir o que os políticos realmente fizeram. Do exame das consequências previsíveis de seus atos, podemos presumir quais teriam sido os seus objetivos. Contudo, não basta o exame dos fatos. Para dar algum sentido à matéria-prima factual de uma política externa, devemos focar a realidade política com uma espécie de esboço racional, um mapa que nos sugira os possíveis sentidos de política externa. Em outras palavras, colocamo-nos na posição de um político que tenha de enfrentar certo problema de política externa, sob determinadas circunstâncias, e nos perguntamos quais seriam as alternativas racionais dentre as quais teria de escolher um político que tivesse de lidar com esse problema sob as referidas circunstâncias (sempre na presunção de que ele age de modo racional), e quais dessas alternativas seriam provavelmente selecionadas por esse político em particular, atuando sob tais circunstâncias. O confronto dessa hipótese racional contra os fatos reais e suas consequências é o que proporciona um sentido teórico aos fatos da política internacional. (MORGENTHAU, 2003, p. 6)

Quando Nogueira e Messari (2005) expõem as premissas realistas acerca do papel do Estado dentro das relações internacionais, eles colocam a fundamental obrigatoriedade deste em manter a segurança de seus cidadãos dentro de suas fronteiras e a necessidade de garantir a segurança desses mesmos cidadãos perante ameaças externas. Com base nessas afirmações e no que o próprio teórico realista H. Morgenthau escreve em seu primeiro princípio, percebe-se a relevância de tal princípio para analisar as ações de um Estado. Pois este age racionalmente, através de um político, visando garantir a segurança da sua população por meio da forma como atua nas relações internacionais. Em suma, o princípio da racionalidade explica as ações dos Estados com o argumento da natureza humana, e serve para dar sentido a tais ações políticas tomadas por determinado país através de uma teoria.

Um segundo princípio, trata da noção de poder para explicar os interesses de um determinado Estado. Nesse pensamento, utiliza-se o poder como objeto de estudo e análise. Portanto, uma ação política racional é a ação que busca reduzir ao máximo os riscos e aumentar os ganhos. Isso seria considerado uma boa ação política na visão realista.

Normalmente, achamos que políticos pensam e agem em termos de interesse definido como poder, e a experiência da história comprova tal presunção. Ela nos permite como que remontar ou antecipar os passos que um político - passado, presente ou futuro - deu ou dará no cenário político. Olhamos sobre seus ombros quando ele redige seus despachos; ouvimos suas conversas com outros políticos; lemos e até mesmo antecipamos os seus pensamentos. Raciocinando em termos de interesse definido como poder, passamos a pensar como ele. Na qualidade de observadores desinteressados, compreendemos seus pensamentos e suas ações talvez melhor até mesmo do que ele próprio, que é o ator na cena política. (MORGENTHAU, 2003, p. 7)

Hans Morgenthau, seguindo sua linha de raciocínio, ainda cita a política externa russa como um exemplo para ilustrar seu pensamento.

O conceito de interesse definido como poder impõe ao observador uma disciplina intelectual e introduz uma ordem racional no campo da política, tornando possível, desse modo, o entendimento teórico da política. No que diz respeito ao ator, contribui com a disciplina racional em ação e cria essa assombrosa continuidade em matéria de política externa, que faz com que a política exterior americana, britânica ou russa se apresente a nós como algo sujeito a uma evolução contínua, inteligível e racional, em geral coerente consigo própria, a despeito das distintas motivações e preferências e das qualidades morais dos políticos que se sucederam. (MORGENTHAU, 2003, p. 7)

Nesse sentido, percebe-se a visão do autor, quanto às grandes potências, pois nas suas palavras ele cita exemplos de grandes potências para reafirmar seu pensamento. Para o autor, é possível interpretar, compreender e até antever ações de Estados dessa natureza (potências),

tendo em vista que estes, através dos políticos que os coordenam, tendem a agir de forma contínua e racional em matéria de política externa. Outra premissa relevante do realismo é sobre a forma como se dá a balança de poder. Tendo em vista que para os autores dessa corrente os Estados interagem dentro de um sistema anárquico, a atuação das grandes potências é fundamental para manter um sistema estável e equilibrado (MORGENTHAU, 1965). Este princípio auxiliará na interpretação das ações perpetradas pela Rússia ao longo dos anos a fim de acudir Armênia e Azerbaijão na resolução do litígio entre os dois Estados.

O terceiro princípio, versa sobre o interesse de um Estado, o qual se traduz em poder e é, na visão do autor, uma constante na história das civilizações. “A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar” (MORGENTHAU, 2003, p. 18). Tratando sobre o conceito de poder neste terceiro princípio, o autor diz o seguinte:

[...] Seu conteúdo e a maneira como é utilizado são determinados pelo ambiente político e cultural. O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra. O poder cobre o domínio do homem pelo homem não só quando se apresenta disciplinado por desígnios morais e controlado por salvaguardas constitucionais (tal como ocorre nas democracias ocidentais), como quando ele se converte nessa força bárbara e indomável que só consegue encontrar leis em sua própria força e justificação em seu próprio desejo de engrandecimento. (MORGENTHAU, 2003, p. 18)

O interesse próprio é determinante nas ações humanas quando se trata de política. Esse é mais um dos princípios criados pelo autor. Como na economia, onde os interesses se baseiam na obtenção de riqueza, ou mais riqueza, na política os interesses estão estritamente ligados à noção de poder.

Para Hans Morgenthau (2003, p. 20), o Estado deve sempre buscar a maior obtenção de ganhos possível, não pode “dar-se ao direito” de agir com base em convicções morais, por exemplo. Este deve agir de tal forma para preservar a vida de seus cidadãos. Tudo isso que pensa e escreveu H. Morgenthau nos ajuda a entender as ações de grandes potências, como por exemplo, as ações da Rússia, nesse conflito em específico, que o presente trabalho se propõe a discutir e analisar.

É sobre as questões morais e éticas que o Hans Morgenthau fala em seu quarto princípio. Segundo o autor:

Embora o indivíduo conte com o direito moral de sacrificar-se em defesa de tal princípio moral, o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional. Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração das consequências políticas da ação aparentemente moral. Desse modo, o realismo considera que a prudência - a avaliação das consequências decorrentes de ações políticas alternativas - representa a virtude suprema na política. (MORGENTHAU, 2003, p. 20)

Portanto, os princípios morais possuem importância na ação política, mas ainda assim estes se submetem diretamente aos interesses políticos. O agente político quando for executar alguma ação precisa ter clareza que a segurança e os interesses do Estado não estão sob ameaça.

O quinto princípio expõe a visão de Morgenthau que acredita ser a política uma luta contínua pelo poder, não importando como se apresentam os atores políticos. O autor também levanta o ponto de que as nações tendem a julgar umas às outras como avaliam as suas próprias sociedades internas. Nas palavras de Hans Morgenthau:

[...] podemos julgar outras nações como avaliamos a nossa e, tendo julgado deste modo, seremos capazes de executar políticas que respeitam os interesses das demais nações, ao mesmo tempo que protegemos e promovemos os nossos próprios interesses. (MORGENTHAU, 2003, p. 22)

Esta passagem do pensamento de H. Morgenthau auxilia na interpretação do conflito em Nagorno-Karabakh sob a ótica dos países envolvidos. Os dois estados envolvidos nessa disputa possuem populações muito distintas etnicamente, apesar da sua proximidade geográfica, dados que já foram mostrados na introdução mas que serão retomados ao longo do texto. O ponto relevante desse argumento do autor é que este serve como instrumento de análise para que possamos compreender como cada país enxerga o seu vizinho/rival.

O sexto, e último, princípio criado pelo autor realista aborda a necessidade da esfera política ser tratada de forma autônoma em relação a outras questões para que se possa lidar com suas especificidades. Segundo ele, essa é a defesa que um realista político sustenta, assim como um economista defende a análise de algum fato sob o viés econômico. Nas palavras do autor: “O economista indaga: ‘de que modo esta política pode afetar a riqueza da sociedade, ou de um segmento dela?’(...) E o realista político questiona: ‘de que modo pode esta política afetar o poder da nação?’”.(MORGENTHAU, 2003, p. 22)

O autor afirma que estes outros aspectos estão subordinados à esfera política, para um realista político.

O realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Na qualidade de realista político, contudo, ele tem de subordinar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das outras escolas de pensamento quando estas impõem à esfera política quaisquer padrões de pensamento apropriados a outras esferas. É com relação a esse ponto que o realismo político discorda do "enfoque moralista-legal" quando aplicado à política internacional. (MORGENTHAU, 2003, p. 23)

Nessa passagem, percebe-se a clara visão do autor sobre a subordinação de outras esferas relevantes para uma nação à política. Ou seja, são as noções e objetivos pautados na obtenção de ampliação de seu poder que influenciam os demais interesses de um Estado, como os interesses econômicos, por exemplo.

Para colaborar com essa afirmação de Morgenthau, Thales Castro em seu livro intitulado Teoria das Relações Internacionais escreve

Não se pode consolidar a robustez da atividade econômico-produtiva nacional, no campo da análise geopolítica, sem ter acesso (na forma de pleno domínio e usufruto) a matérias-primas essenciais e outros recursos naturais e energéticos (renováveis e não renováveis) que, por seu turno, alimentam as engrenagens da máquina industrial e da defesa nacional. (CASTRO, 2012, p. 325)

O autor traz a visão dos teóricos realistas sobre os interesses por trás de cada ação de um determinado Estado. Nesse trecho de seu livro, tal afirmação vai ao encontro da tese exposta no sexto princípio de formulado por Morgenthau, pois para a manutenção de um país poderoso e robusto, é fundamental que seja feita uma análise geopolítica fundamentada em uma estratégia que permita a tal país garantir os recursos necessários para que sua economia se mantenha sempre forte ativa.

Para Morgenthau (2003) "o tipo do interesse que determina a ação política, num determinado período histórico, depende do contexto político e cultural do qual a política externa é formulada". O interesse nacional em termos de poder, sendo o poder compreendido como a capacidade de um Estado de influir na conduta dos demais estados, de acordo com os seus próprios fins. Pois com isso, esse conseguirá manter seu *status quo* de potência, se for o caso, e garantir a manutenção da sua defesa nacional, premissa elementar do pensamento realista.

### **3. O conflito na região de Nagorno-Karabakh**

A região do Cáucaso, onde situa-se o território de Nagorno-Karabakh, esteve sob jugo de impérios distintos ao longo da história. Esse fato é preponderante para que se faça

qualquer tipo de análise e para que se compreenda as motivações do conflito, pois desempenha e desempenhou papel fundamental na formação multiétnica da região. Após sucessivas disputas entre os Impérios Russo, Otomano e Persa, a região do sul do Cáucaso ficou sob domínio do Império Russo desde o início do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. (CORNELL, 2017)

As cidades da região, que depois viriam a tornarem-se as capitais de Armênia, Azerbaijão e Geórgia já possuíam maioria armênia na época. Antes de se tornar um Estado independente, a população azeri era conhecida como “tártaros do Cáucaso” e antes da Primeira Guerra Mundial já haviam protagonizado um conflito com armênios. Na Figura 1 são ilustradas as fronteiras da região do Cáucaso na iminência da Primeira Guerra Mundial.



Figura 1 - As fronteiras entre Pérsia, Império Russo e Império Otomano antes da Primeira Guerra Mundial. Fonte: Giuliana Viggioni, 2020.

A partir da revolução Russa de 1917, Armênia e Azerbaijão tornaram-se Estados independentes. E foi nesse processo que surgiram as raízes do conflito que vemos até os dias de hoje. Os movimentos nacionalistas que permitiram o surgimento dessas duas novas repúblicas também incitaram novos conflitos na região, sendo o primeiro deles a disputa de Nagorno-Karabakh. Nesse mesmo tempo, paralelamente, cerca de um milhão de armênios foram assassinados pelo Império Turco-Otomano, no que mais tarde ficaria conhecido como genocídio armenio (CARLEY, 1998).

O conflito entre as duas nações recém independentes seguiu até o ano de 1921. Neste ano, a também recém criada União Soviética, anexou as repúblicas da Armênia e do Azerbaijão. Nesse momento, as disputas e reivindicações dos dois países passariam a ser resolvidas sob jurisdição russa. Segundo Loureiro e Porto (2021), o *Kavburo* - comitê russo para assuntos do Cáucaso - decidiu em 1921, após reverter uma decisão sua dias antes, que o território de Nagorno-Karabakh caso passado às autoridades armênias “poderia comprometer a sustentabilidade da planície azerbaijana”.

Com isso, em 1923 ficou decidido que o território de Nagorno-Karabakh se tornaria uma região autônoma, Oblast Autônomo de Nagorno-Karabakh, e que se submeteria às autoridades azeris, embora fosse ocupada por maioria armênia. Nesses mais de 60 anos as autoridades da Armênia continuaram a reivindicar tal território, bem como os armênios que viviam no território de N-K reivindicavam a emancipação do território do Azerbaijão. Tal decisão de denominar Nagorno Karabakh como uma região autônoma surpreendeu e criou uma problemática que retornaria na década de 1980. (CORNELL, 2017)

Com isso, a região gozou de relativa tranquilidade durante mais de 60 anos, entre as décadas de 1920 e 1980, embora ao longo desses anos alguns pequenos conflitos ainda tenham ocorrido. De acordo com um censo realizado em 1989, a região possuía uma população de aproximadamente 189,000,00 habitantes, dos quais 77% eram armênios e 22% azeris. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1994)

Em 1988 os conflitos retornam a acontecer. A população armênia buscou a transferência da jurisdição do território de Nagorno-Karabakh para a Armênia Soviética, o que foi recusado pelas autoridades soviéticas por acreditarem que aquilo poderia culminar em movimentos separatistas no seio da União Soviética. Violentos conflitos começaram a ser percebidos naquela região entre armênios e azeris. Segundo Cory e Welt (2021), a partir daí os conflitos se intensificaram movimentando Armênios e Azerbaijanos para fora daquele território. Nesse ínterim, a população armênia que vivia na região de N-K declarou independência do Azerbaijão, o que levou o Estado azerbaijano a abolir o *status* autônomo do Nagorno-Karabakh. Segundo Thomas de Waal (2010), em fevereiro de 1988 uma multidão de azeris marchou pelas ruas da cidade de Sumgait e, a partir dali, iniciou uma grande onda de violência que culminou no assassinato em massa de inumeros armenios.

Segundo Porto e Loureiro (2021), os massacres de fevereiro de 1988, trouxeram à memória dos armênios os acontecimentos de 1915, quando estes foram dizimados por turco-otomanos. Segundo Papazian (2001), 9% da população de Sumgait era armênia. O

momento mais violento, e início de uma guerra deflagrada, ocorreu justamente quando a União Soviética se desintegrou e retirou suas tropas do Cáucaso, em 1991 (RUPERT, 2020). A partir daí, as duas nações se tornam independentes e, além delas, Nagorno-karabakh declara sua independência, também. Nesse período, quem mais sofre com a guerra é o povo azeri que tem um número significativamente maior de baixas em relação aos armênios (CORNELL, 2017).

"Entre 1991 e 1994, ambos os lados sacrificaram mais de 30 mil pessoas e limparam um ao outro etnicamente das áreas sob seu controle", explica Kevork Oskanian, pesquisador da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, em texto publicado no *The Conversation*: "Um cessar-fogo foi finalmente assinado em 1994, deixando a República de Nagorno-Karabakh não reconhecida e uma faixa de terra ao seu redor em mãos armênias" (OSKANIAN, 2020).

Nos anos que vieram após, a Armênia passou a tomar o controle de algumas cidades importantes como, Shushi, Lachin e Kelbajar. Isso refletiu em um grande número de azerbaijanos, majoritariamente de origem curda, deslocados naquela região do Cáucaso durante aproximadamente três anos de conflito. Após os ataques armênios contra o Azerbaijão, e o seu significativo avanço pelo controle de Nagorno-Karabakh, a Turquia decidiu fechar as suas fronteiras com a Armênia no ano de 1993 (CORNELL, 2017).

Em Maio de 1994, ambos países assinam um cessar-fogo e colocam um fim, ainda que temporário, naquele que foi considerado o conflito mais sangrento da região no pós-URSS. Segundo Cornell (2014), nessa época a Armênia estava melhor preparada e pronta para conquistar o território de Nagorno-Karabakh. O Exército armênio já havia conquistado algumas cidades estratégicas da região. Porém, tais cidades e vilarejos conquistados possuíam um predomínio de azeris nos locais, o que levou a vários massacres por parte de tal Exército, uma espécie de limpeza étnica, como são tratados episódios assim na literatura.

Ainda segundo Cornell (2017), cerca de 15% do território do Azerbaijão foi conquistado e ocupado por militares armênios durante o conflito na década de 1990. Porém, em 1994, com a intermediação da Rússia, os dois países assinaram um cessar-fogo ainda que com bastante ressentimentos de ambos os lados em relação ao país rival. Muitas áreas dentro do território azerbaijano seguiram ocupadas por forças armênias e de Nagorno-Karabakh.

Vale ressaltar que tal cessar-fogo tratou-se mais de um mero “apaziguamento” do conflito do que uma estruturada e bem elaborada resolução do conflito, a partir de reuniões para buscar uma paz duradoura, por exemplo.

Até o ano de 2016 pode-se perceber relativa paz na região, embora a cada ano fossem contabilizadas mortes naquelas regiões que ficam na linha da fronteira entre um território e outro. Em 2016, quatro dias de intensos conflitos trouxeram o litígio aos holofotes mundiais novamente. Embora pouco, ou em nada, tenham alterado o status deste conflito, as disputas serviram para trazer à tona questões antigas (CORNELL, 2014).

Durante esse período, de 1994 a 2016, foi possível perceber uma inversão da balança de poder na região. O Azerbaijão aumentou sua capacidade bélica e teve um grande salto de crescimento econômico, ao passo que a Armênia foi perdendo apoio internacional por inúmeros atentados contra a vida de civis nas regiões ocupadas. Paralelamente a isso, cresciam no seio do país azeri sentimentos revanchistas para com a Armênia e suas tropas em territórios ocupados no Azerbaijão (MCKERNAN, 2020).

A partir de 2014 os conflitos começaram paulatinamente a serem notados novamente. Em 2016, além de inúmeras mortes no conflito que durou quatro dias, o Azerbaijão retomou duas províncias ocupadas por tropas armênias. Novamente, a Rússia participou de mais um acordo de cessar-fogo na região e levou a uma resolução momentânea ao conflito (CORNEL, 2017).

Após a saída do governo nacionalista do poder na Armênia, no ano de 2018, assumiu o poder como Primeiro-Ministro Nikol Pashinvan. A partir de então, vislumbrou-se uma caminhada na direção de solucionar tal impasse. O Primeiro-Ministro se mostrou inclinado a discutir diplomaticamente com o governo azerbaijano métodos pacíficos de solucionar o conflito. Porém, em 2019 as negociações deixaram de avançar e o que se observou foi o oposto com a volta das batalhas e o ponto mais alto da guerra neste século. Em 2020, após ataques de helicóptero por parte do Azerbaijão a áreas com maioria armênia dentro do território de Nagorno-Karabakh, o país se viu obrigado a declarar lei marcial dentro de suas fronteiras e a mobilizar tropas para a fronteira com o país rival (MCKERNAN, 2020).

Segundo fontes de cada um dos dois governos, mais de cinco mil pessoas morreram neste ano, em menos de dez meses de conflito (PATRÍCIO; VONO, 2021). Tendo a Rússia como mediadora, mais uma vez, foi assinado mais um cessar-fogo na região que entrou em vigor a partir do dia 10 de Novembro de 2020. Como parte do acordo, a Armênia recuará

suas tropas e gradativamente começaria a desocupar áreas que havia ocupado dentro do território azerbaijano (RUPERT, 2020).

O governo armênio cumpriu com sua palavra e começou a retirada de suas tropas de áreas dominadas dentro do território azerbaijano e de Nagorno-Karabakh. Porém, o primeiro-ministro Nikol Pashinyan precisou lidar com uma enorme crise interna. A retirada das tropas e desocupação de alguns territórios forçou um grande deslocamento de civis armênios dessas regiões. Tudo isso não foi bem recebido pelo povo armênio que saiu às ruas para protestar e pedir a queda do primeiro-ministro (Figura 2). Para a massa armênia, estava fora de cogitação devolver territórios que já haviam sido conquistados para o governo azerbaijano novamente. A despeito dos fervorosos protestos, Pashinyan ainda segue no poder (MCKERNAN; VONO, 2021).

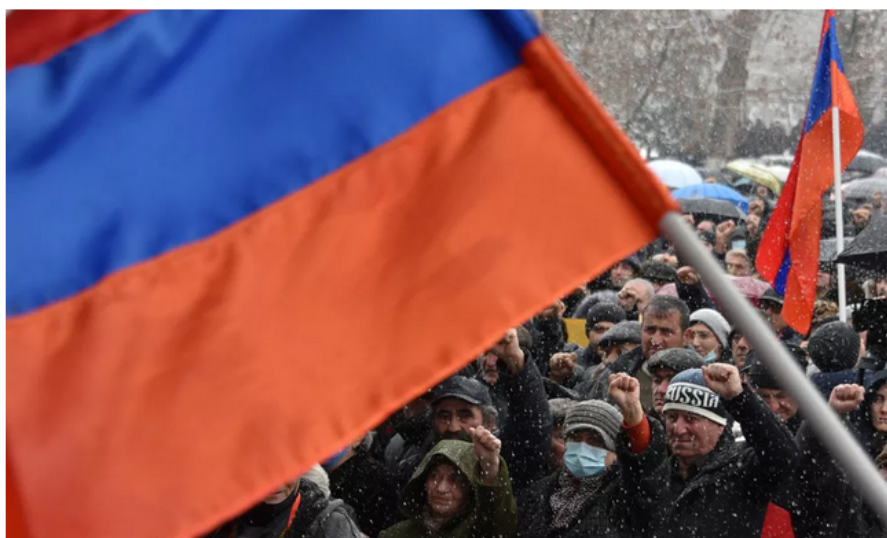


Figura 2 - Milhares de manifestantes reivindicam renúncia do primeiro-ministro da Armênia. — Foto: Karen MINASYAN / AFP (G1), 2021

Durante alguns anos ambos os países demonstraram atitudes positivas que traziam esperança de dias melhores, mas recentemente os governos da Armênia e do Azerbaijão voltaram a se atacar acusando um ao outro de ter violado o acordo de paz entre eles na área de Nagorno-Karabakh. Desde então, a situação piorou de forma significativa, e o clima que antes era de estabilidade, hoje é de guerra com ataques ocorrendo na fronteira entre os dois países (PATRÍCIO; VONO, 2021).

Como explica Kevork Oskanian (2020) em seu texto publicado no *The Conversation*, o Azerbaijão tem mostrado frustrações crescentes com as negociações acerca de Nagorno-Karabakh nos últimos anos. Além disso, o país investiu bilhões de "petrodólares"

em equipamentos militares para tentar reconquistar o controle da área. "A ausência de uma solução definitiva também permitiu à Armênia apresentar seu controle sobre a República não reconhecida de Nagorno-Karabakh como o novo normal", afirma Oskanian (2020, p. 3). "O país também endurece gradualmente sua posição pública de que as terras ao redor do território também são armênias."

Mas claro que o todo esse conflito não tem só questões étnicas e religiosas, é preciso saber que o território N-K chama a atenção do mundo, porque esta é uma área situada em um local-chave da economia mundial. A região de Cáucaso está situada entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, onde tem forte produção de petróleo e gás natural (Figura 3). É pelo Azerbaijão, inclusive, que passam diversos oleodutos que transportam o material e é levado até a Turquia, de onde é enviado para outros países.

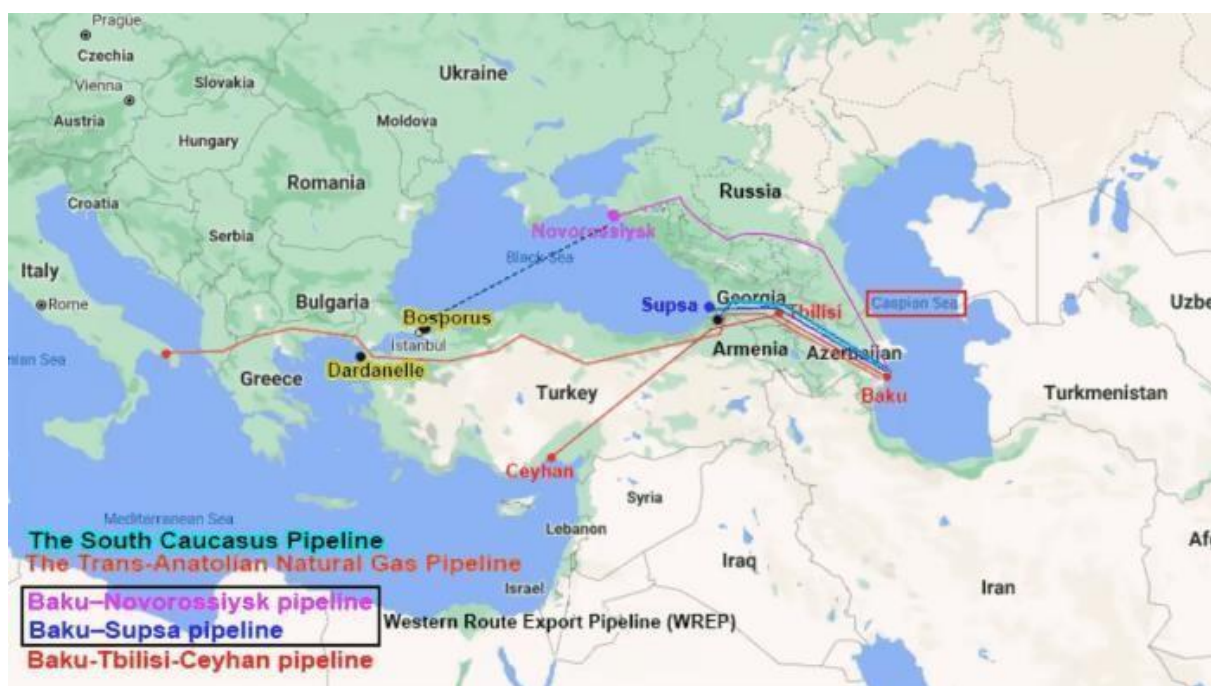


Figura 3 - Os oleodutos que passam pelo Cáucaso.  
Fonte: SENGUPTA, 2020.

Vale ressaltar, que a Rússia manifesta apoio aos armênios, enquanto a Turquia e Azerbaijão ficam do mesmo lado nas negociações. Por isso, quando a situação entre Armênia e Azerbaijão fica complicada, a Turquia fecha suas fronteiras com os armênios. O Irã, que também faz fronteira com estes países acaba tendo relações complicadas com ambos, e opta por não fazer parte deste conflito.

De acordo com Bakke, Toal e O’Loughlin (2013) a população de Nagorno-Karabakh estava preocupada com a retomada dos combates, não estava disposta a perdoar o que ocorreu ao longo da história e desconfiava fortemente das outras nações. Em uma nova pesquisa, realizada em fevereiro de 2020, o cenário permaneceu similar, com 83% dos entrevistados expressando desconfiança dos povos vizinhos, ainda de acordo com Bakke, Toal e O’Loughlin (2020).

#### **4. A Rússia e a Turquia no conflito**

A pergunta que norteia a pesquisa é qual o papel da Rússia e da Turquia no conflito entre Armênia e Azerbaijão na região de Nagorno-Karabakh?

Conforme foi trazido no início da presente pesquisa, para os autores da abordagem Realista como um todo, e especificamente para H. Morgenthau (2003) os Estados buscam o poder com intenções distintas, porém podendo ser resumidas a três grandes motivações: a clara intenção de manutenção do *status quo*, de se expandir ou até mesmo de prestígio, “apenas”. Com base nisso, a intenção de expansão de um determinado país pode ser utilizada no contexto da presente pesquisa. Desde a dissolução do Império Russo, tanto Armênia quanto o Azerbaijão possuíam interesse em contar com aquela faixa de terra, que depois se tornaria a Região Autônoma de Nagorno-Karabakh. Em 1918, durante a Revolução Russa, proclamaram suas independências e tornaram-se a República Democrática da Armênia e República Democrática do Azerbaijão.

A partir de então, as recentes repúblicas passaram a reivindicar aquele pedaço de terra que até hoje, mais de século depois, ainda segue sendo disputado por ambos os povos. Como já abordado anteriormente nesse texto, aquela faixa territorial foi dada como autônoma. Porém esta ficou dentro do território azeri. Tal região sempre possuiu maioria armênia, o que, de uma forma geral, resume o conflito e o movimento separatista engendrado pelo povo armenio que lá vive até hoje. A intenção de utilizar-se de poder, poder bélico nesse caso, para se expandir cabe para analisar o conflito através da ótica da Armênia, pois esse país sempre teve a intenção de contar com aquela porção de terras dentro de suas fronteiras. Como afirmou Cornell (1999), a decisão de colocar aquela região sob domínio azeri surpreendeu a todos e ajuda a explicar o motivo do conflito se estender por mais de um século.

Embora, em 1918 as recém independentes repúblicas da Armênia e Azerbaijão não fossem nenhuma potência capaz de possuir grandes intenções expansionistas, a clara e manifesta intenção de reivindicar uma parte maior de terras para seu próprio território

configura um objetivo de se expandir. Isso corrobora a teoria realista quando afirma que um Estado utiliza-se do poder com a intenção de expandir-se, como afirmou H. Morgenthau. Os dois Estados utilizaram-se das suas capacidades de influenciar a decisão das autoridades russas, em um primeiro momento, a fim de obter para si o território de N-K. Porém, mais tarde ambos lançaram mão de poderio bélico para lutarem por tal região (CORNELL, 2017).

Morgenthau também traz, em seu primeiro princípio, a noção de utilizar-se de um agente político para alcançar os objetivos de um Estado, agindo racionalmente nas relações internacionais, mas sempre buscando proteger seus cidadãos. Essa preocupação com o conceito de segurança nacional que é colocado pelo autor deve ser utilizado tomando também, ao mesmo tempo, a ideia da natureza humana e a iminente sensação de insegurança, principalmente em uma região que se encontra em constante conflito como no caso da Região Autônoma de Nagorno-Karabakh. Essa insegurança, em fazer fronteira com um “inimigo”, pois são países rivais buscando o mesmo objetivo que é controlar aquela porção de terra, a qual os dois países reivindicam, faz com que a tensão naquela região seja uma constante e torne o conflito a tônica do sul-caucasiano.

Além do que foi citado acima, podemos utilizar o quinto princípio criado por H. Morgenthau para estabelecer relações de causa e efeito a fim de analisar o que acontece em N-K. O autor fala sobre analisar e julgar outras sociedades através da ótica de cada sociedade que se presta a fazer esse exercício. Decerto, Armênia e Azerbaijão possuem diferenças étnicas e religiosas bem acentuadas, como já foi apresentado ao longo do texto.

Com sociedades tão distintas socialmente e tão próximas fisicamente, havendo um litígio acerca de uma porção territorial cabe utilizar do princípio de Morgenthau para colocar que a dificuldade de se chegar a uma resolução pode estar ligada a isso. Buscando sempre evitar determinismos que limitem à análise do conflito de uma forma coerente, segundo Cornell (2017) ambos países são irredutíveis em suas pedidas para firmar acordo de paz duradouro, assim como não abrem mão do território por afirmarem ligações culturais e geográficas com aquela região.

A segunda motivação, que seria a clara intenção de uma potência utilizar-se de poder vislumbrando a manutenção do *status quo*, vai ao encontro do que foi trazido na parte 2 da presente pesquisa. O segundo princípio formulado por H. Morgenthau aborda sobre a previsibilidade das ações de um Estado, principalmente uma grande potência, e até mesmo do estadista que determina, em certa medida, tais políticas. Segundo Morgenthau, é possível interpretar, compreender e até antever as ações de uma grande potência, como é a Rússia

nesse caso. Portanto, com o cuidado de não cair em determinismos simplistas que possam transparecer certa facilidade de analisar as ações e intenções russas, podemos, ainda assim, afirmar alguns pontos sobre a política adotada pelas autoridades russas com relação ao conflito entre Armênia e Azerbaijão.

Pela visão do realismo clássico, onde os Estados são racionais, a Rússia age naquele território com intenções extremamente racionais e próprias de controlar ou, ao menos, manter sob sua zona de influência aquela região. O sul do Cáucaso é um território que está localizado bastante próximo à Rússia, encaixando-se no que os autores da teoria realista classificam como dilema de segurança. Se trata de uma região que pode apresentar ameaças ao território russo caso fique sob a zona de influência de um terceiro país. Svante Cornell afirma isso quando diz,

Em Moscou, ao contrário, há uma satisfação fundamental com seu status não totalmente congelado (do conflito), [...] do ponto de vista russo, esse impasse impede que muitas potências externas (e em primeiro lugar, os Estados Unidos, e também a Turquia) ganhem influência nesta região conturbada, e assegura para a Rússia uma posição de domínio efetivo. (CORNELL, 2017, p. 71)

Seguindo nessa mesma linha, sob o argumento que a Rússia atua naquela faixa territorial com a clara intenção de manter o *status quo* da região, pois assim, seguirá sendo um ator imprescindível para os dois países. Tudo isso ocorre, pois a Rússia como a maior potência daquela região, possui interesses próprios capazes de serem notados com ‘relativa facilidade’, corroborando as afirmações de H. Morgenthau sobre as ações políticas de uma grande potência e a possibilidade de compreender e até mesmo antever tais ações.

Segundo Cornell (2017), a Rússia mantém fortes relações com os dois países, principalmente com a Armênia - onde possui bases militares instaladas - mas também fornece armas para os dois países beligerantes.

O que torna o cenário geopolítico do conflito Armênia-Azerbaijão particularmente complicado para a Rússia é a percepção da necessidade de manter os dois protagonistas —Armênia e Azerbaijão— dentro da esfera de influência russa e impedir qualquer desvio em direção ao Ocidente. No outono de 2013, Moscou efetivamente impediu a Armênia de assinar um Acordo de Associação com a União Europeia (UE). (CORNELL, 2017, p. 72)

Essa afirmação de S. Cornell demonstra a evidente preocupação que a Rússia possui com uma crescente influência de outras potências de fora da região no conflito e, conseqüentemente, na região sul-caucasiana.

H. Morgenthau (2003) também contribuiu para definir o papel das grandes potências dentro das relações internacionais, na visão realista, em seu livro. Dentro dessa corrente teórica, as grandes potências atuam como *players* fundamentais, e são vistos como os principais países capazes de ditar as normas e regras de atuação dos demais países dentro do sistema internacional. Obviamente, objetivando sempre sua própria sobrevivência e alcançar seus objetivos.

Esse ponto de vista da teoria realista, mais uma vez, permite compreender o porquê de um conflito como esse durar mais de século sem que até os dias atuais não haja uma resolução satisfatória para ambos os países beligerantes. Dentro dessa ótica, podemos tomar a Rússia, novamente, como o principal país interessado na região e no conflito. Por entrar sempre atenta a todos os movimentos e direcionamentos que este imbróglio toma, tem a capacidade de ditar as regras e as normas de uma possível, ainda que distante, solução para essa disputa mesmo que atuando indiretamente no conflito. A Rússia não abre mão de movimentar-se para obter dos seus objetivos naquela região, agindo como um Estado racional, como a teoria realista prevê, atua para a manutenção do *status quo* naquele espaço para que continue como principal influência no sul do Cáucaso.

Embora as intenções russas pareçam erradas do ponto de vista moral, pois suscita a ideia de que coloca seus interesses próprios a frente das vidas de armênios e azeris - povos que morrem envolvidos diretamente no conflito, ainda assim devemos analisar através do viés realista quando trata sobre as pretensões de um Estado em busca de poder. Como apresentado na segunda parte deste trabalho, os princípios três e quatro criados por H. Morgenthau tratam sobre a relevância das convicções morais dentro das ponderações levantadas na análise das ações políticas a serem tomadas.

Para o autor, os interesses próprios são determinantes quando se trata de política. Como na economia, onde os interesses se baseiam na obtenção de riqueza, ou mais riqueza, na política os interesses estão estritamente ligados à noção de poder. Para Hans Morgenthau (2003, p. 20), o Estado deve sempre buscar a maior obtenção de ganhos possível, não pode “dar-se ao direito” de agir com base em convicções morais, por exemplo. Este deve agir de tal forma para preservar a vida de seus cidadãos.

Estas afirmações que a teoria realista se propõe a lançar como máximas dentro das relações internacionais serve como meio para análise, mais uma vez, do que leva a Rússia a priorizar seus interesses antes mesmo de tentar auxiliar de forma efetiva na formulação de um

acordo de paz duradouro para a região, ao invés de suprir os dois países com armamento bélico.

[...] A política oficialmente estabelecida de Baku de gastar em suas forças armadas mais do que todo o orçamento do estado da Armênia, uma política mantida por muitos anos [...] A Rússia tem sido um grande contribuinte para esta política, vendendo armamentos modernos para o Azerbaijão que vão desde tanques e helicópteros de ataque a mísseis terra-ar. [...] Baku, por sua vez, protestou contra um novo empréstimo de US \$200 milhões para a compra de armas fornecido por Moscou a Yerevan em fevereiro de 2016. As autoridades russas sustentam, no entanto, que as entregas de armas são cuidadosamente calculadas para preservar a “paridade”. (CORNELL, 2017, p. 76-77)

Além dos fatos até aqui expostos, Baev (2017) afirma que vale ressaltar que a Rússia, apesar de ser a potência mediadora dos principais acordos de cessar-fogo empreendidos até o momento, afasta possíveis operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na região, dificultando resoluções multilaterais duradouras e, como já mencionado acima, fornecendo equipamentos militares para as partes rivais.

No que se refere às ações turcas na região, inúmeros autores falam sobre a relação cultural e religiosa do país com o Azerbaijão, bem como a antiga rivalidade Armênia-Turquia que remete à época do “genocídio armênio”, fato esse que a Armênia busca reconhecimento internacional até os dias de hoje<sup>3</sup>.

Estes fatores, favorecem a aproximação da Turquia com o Azerbaijão e servem para acirrar as rivalidades naquela região, assim como para acender o sinal de alerta russo em relação às intenções turcas nesse conflito, tendo em vista que a Turquia é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Nesse sentido, a Turquia demonstrou uma postura assertiva em relação à disputa por Nagorno- Karabakh que re-emergiu em 2020. Especialmente na última década, o país liderado por Tayyip Erdogan se aproximou econômica e militarmente do Azerbaijão, firmando importantes alianças. A Rússia, por seu turno, expressa uma influência histórica sobre a região sul-caucasiana, mantendo alianças militares com a Armênia – incluindo a instalação de uma base militar no país – e, simultaneamente, com o Azerbaijão. (RUPERT, 2020, p. 3)

Cornell também comenta sobre os interesses turcos na região e os define em três principais:

A Turquia, a principal aliada do Azerbaijão na região, define seus interesses em três principais aspectos: a necessidade de energia, uma identidade cultural do “mundo

---

<sup>3</sup> Andrade (2019) explica que o extermínio de armênios durou de 1915 até 1923, com uma estimativa de 1,5 milhões de mortos pelo governo otomano. Até os dias atuais, a Turquia rejeita a utilização do conceito genocídio para descrever os acontecimentos do período do Império Otomano.

turco” e a rivalidade latente com a Armênia; assim ela mantém o embargo a Armênia e faz seus acordos de cooperação como o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan. (CORNELL, 1998, p. 68)

A afirmação posta logo abaixo dos realistas Waltz (1979) e Morgenthau (1965) também servirá para a análise das ações turcas na região, em um nível macro. Os autores dizem que:

Para algumas correntes realistas como o Realismo Estrutural e o Realismo Clássico, o conceito de potência está relacionado à noção de “equilíbrio de poder” ou “balança de poder”. Isso se deve ao fato de que realistas estruturais e clássicos atribuem às potências o comportamento precípua de equilibrar o poderio umas das outras: a toda tentativa de acúmulo ou concentração de poder por parte de uma unidade política corresponderá uma reação de contrapeso por parte das demais potências do sistema. (MORGENTHAU, 1965; WALTZ, 1979, p. 71)

Além do interesse russo nesse conflito, também existem as ações da Turquia. Este país, busca contrabalançar as ações da Rússia naquele território. Ou seja, duas grandes potenciais daquela região agindo por interesse próprio à revelia dos anseios de armênios e azeris (CORNELL, 1999).

Para a Armênia a maior preocupação é a Turquia, inicialmente mais por razões históricas do que atuais; claro que a aliança turca com o Azerbaijão aumenta a percepção de ameaça. A Armênia realmente vê a Turquia não só como uma ameaça a segurança nacional, mas com a sensação de que é uma ameaça à sobrevivência da nação armênia, devido à percepção da Turquia como um estado com intenções genocidas. (CORNELL, 1999, p. 146)

Assim, como ensina Morgenthau, as descrições do interesse nacional correspondem à situação objetiva de cada Estado, a partir de diferentes fatores - geográficos, econômicos, militares, psicológicos, que integram o que reconhecem em termos de poder. Nesse sentido, Rússia e Turquia possuem seus próprios interesses na região, jogando com o conflito doméstico que perdura ao longo das décadas.

### **3. Considerações finais**

O objetivo do presente trabalho foi compreender o conflito entre armênios e azeris no território de Nagorno-Karabakh (N-K) e os interesses de Rússia e Turquia por essa região à luz da abordagem realista, criada ainda no século passado (século XX), mas que oferece conceitos que ainda hoje explicam o comportamento de determinados Estados no cenário da política internacional.

A presente pesquisa se propôs a analisar o conflito entre os dois países do Cáucaso, Armênia e Azerbaijão, envolvendo a região autónoma de Nagorno-Karabakh. Ao longo do trabalho foram apresentadas visões de diferentes autores que já trataram sobre o mesmo tema, bem como vários conceitos da abordagem teórica proposta, com a intenção de dar luz a esse conflito sob tal ótica.

Para além disso, foi delimitado como recorte temporal o período que compreende aproximadamente um século. Foi tomado como período histórico para fim de análise o evento da queda do Império Russo, em 1917, como início do conflito. Por se tratar de um conflito ainda em aberto e sem perspectiva de acordo que atenda as demandas de ambos os países em um futuro próximo, também delimitamos o ano de 2020 como fechamento do nosso recorte temporal.

Tal recorte, visa uma análise em perspectiva histórica mais precisa, tendo em vista que novos acontecimentos que ocorressem simultaneamente à escrita desta pesquisa, poderiam levar a uma análise distorcida, se estes fossem tomados para análise. Pois, é evidente a dificuldade de lançar opiniões definitivas sobre casos ainda inacabados e, tampouco foi o que este trabalho se propôs a fazer.

Além disso, o recorte temporal serve para auxiliar em pesquisas futuras que venham a serem empreendidas sobre tal tema. Pois, permitirá que o pesquisador consiga analisar os eventos que sucederão os que aqui foram estudados e, assim, compreender os motivos que levaram aos novos eventos deste litígio envolvendo o território de Nagorno-Karabakh.

Atualmente, devido ao enredamento das causas deste conflito, e o envolvimento enviesado das potências mediadoras, tem se tornado mais difícil encontrar uma negociação de paz satisfatória entre as partes, que até o momento demonstram-se inflexíveis no que se diz respeito às concessões diplomáticas.

A corrente Realista das Relações Internacionais explica que a política acontece com base nas ações dos Estados centrais, ou seja, no interesse, na força e no poder dessas potências de influenciarem e moverem as peças desse tabuleiro, chamado de sistema internacional. Com base nisso, o presente trabalho buscou fazer uma análise da disputa, entre armênios e azeris, pelo território de Nagorno-Karabakh, mas acima de tudo, analisar a influência e os objetivos de Rússia e Turquia em envolverem-se no conflito. Para atingir esse fim, os princípios de Hans Morgenthau desempenharam papel importante para essa análise, bem como outras premissas formuladas por outros autores dessa mesma corrente teórica das Relações Internacionais.

O estudo leva a concluir que enquanto a Rússia tem interesse na continuidade de conflito na região para assegurar uma posição de domínio efetivo, o interesse da Turquia tem sido um pouco mais amplo, com aproximação econômica militarmente do Azerbaijão, além da aproximação identitária. Sugere-se que estudos futuros avancem para uma revisão da literatura sobre as imagens e percepções de Armênios e Azeris sobre o conflito. Isso porque, de uma forma geral, a literatura mais acessível é a literatura que explica o conflito a partir dos movimentos das potências. Certamente estudos elaborados a partir de abordagens interpretativas das Relações Internacionais poderão complementar a sua compreensão.

## Referências

ANDRADE, Paulo. **Genocídio Armênio**. 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/1329> . Acesso em 10 nov 2022.

APARECIDO, Julia M. VONO, Gabriella S. **O Conflito entre Armênia e Azerbaijão em Nagorno-Karabakh**. Revista Séries Conflitos Internacionais, v.8, Junho de 2021

**ARMENIA cedes disputed land to Azerbaijan after peace deal** . Aljazeera, nov. 2020a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/11/15/armenia-cedesdisputed-land-to-azerbaijan-after-peace-deal>

ASKEROV, A. (2019). **Shadows of the April 2016 war: Armenia and Azerbaijan back in a deadlock?** Eurasia Daily Monitor, 16 (45).

ASKEROV, A. (2015). **The UN, OSCE, and Azerbaijan's Karabakh impasse: Imposing or making peace?** In The Actual Problems of Azerbaijani Studies, Slavyan University.

**AZERBAIJAN celebrates Nagorno Karabakh victory**. Aljazeera, dez. 2020a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/12/10/azerbaijan-celebratesnagorno-karabakh-victory-erdoganattends>.

BAEV, Pavel K. Russia: A declining counter-change force. In: **The International Politics of the Armenian-Azerbaijani Conflict**. Palgrave Macmillan, New York, 2017. p. 71-87.

BAKKE, Kristin; O'LOUGHLIN, John; TOAL, Gerard. Nagorno-Karabakh: what do residents of the contested territory want for their future? **The Conversation**, Birmingham, University of Birmingham, 2020, Disponível em: <https://theconversation.com/nagorno-karabakh-what-do-residents-of-the-contested-territory-want-for-their-future-147690>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CARR, Edward. **Vinte anos de crise 1929-1939**. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte\\_Anos\\_de\\_Crise\\_-\\_1919-1939.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte_Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf). Acesso em 10 out. 2022.

CARLEY, Patricia. **Nagorno-Karabakh: Searching for a Solution**. 1998. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/1998/12/nagorno-karabakh-searching-solution-0>. Acesso em: 22 set. 2021.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais** / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012.

CORNELL, Svante. **Undeclared War: The Nagorno-Karabakh Conflict Reconsidered**. *Journal of South Asian and Middle Eastern Studies*, vol. XX, n. 4, 1997, Disponível em: [https://isdpc.eu/content/uploads/images/stories/isdpc-mainpdf/1997\\_cornell\\_undeclared-war.pdf](https://isdpc.eu/content/uploads/images/stories/isdpc-mainpdf/1997_cornell_undeclared-war.pdf). Acesso em: 22 set. 2021.

CORNELL, Svante. et al. **The International Politics of the Armenian-Azerbaijani Conflict: The Original “Frozen Conflict” and European Security**. 2017. Nova York (EUA): Disponível em: <https://www.palgrave.com/gp/book/9781137600042>. Acesso em: 22 set. 2022.

CORNELL, Svante. **The Nagorno-Karabakh Conflict**. *Department of East European Studies*. Uppsala University, n. 46, p. 1- 164, 2014. Disponível em: [https://is.muni.cz/el/1423/podzim2012/MVZ208/um/35586974/Cornell\\_The\\_NagornoKarabakh\\_Conflict.pdf](https://is.muni.cz/el/1423/podzim2012/MVZ208/um/35586974/Cornell_The_NagornoKarabakh_Conflict.pdf). Acesso em: 2 jul. 2022.

CORNELL, Svante. Turkey and the conflict in Nagorno Karabakh: a delicate balance. **Middle Eastern Studies**, v. 34, n. 1, p. 51-72, 1998.

DE ANDRADE CARVALHO LOUREIRO, Heitor; PORTO, Pedro Bogossian. **The Nagorno-Karabakh war: Disputes over the concepts of 'victim' and 'genocide' in the present time**. *Tempo e Argumento*, 2021.

FREIZER, S. (2014). **Twenty years after the Nagorny Karabakh ceasefire: an opportunity to move towards more inclusive conflict resolution**; *Caucasus Survey*, Vol. 1, No. 2, pp. 109–122.

MINASYAN, Karen. Milhares de manifestantes exigem renúncia do primeiro-ministro armênio. **G1**, 20 Fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/20/milhares-de-manifestantes-exigem-renuncia-do-primeiro-ministro-armenio.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **AZERBAIJAN: Seven Years of Conflict in Nagorno-Karabakh**. Helsinki. 1994. Disponível em: [https://www.hrw.org/reports/AZER%20Conflict%20in%20N-K%20Dec94\\_0.pdf](https://www.hrw.org/reports/AZER%20Conflict%20in%20N-K%20Dec94_0.pdf)

ISMAILZADE, Fariz. **The Nagorno-Karabakh Conflict: Current Trends and Future Scenarios**. *Istituto Affari Internazionali*, p. 1- 11, 1 nov. 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep09790> Search=yes&resultItemClick=true&se

JATOBÁ, Daniel; LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, p. 40, 2013.

MINZARARI, Dumitru. Russia's Stake in the Nagorno-Karabakh War: Accident or Design?. **German Institute for International and Security Affairs**, v. 12, 2020.

MCKERNAN, Bethan. **Azerbaijan claims to have captured key town in NagornoKarabakh**. The Guardian, EUA, p. 15, nov. 2020

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, 2003. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/0179\\_politica\\_entre\\_as\\_nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf) . Acesso em 10 set. 2022.

OSKANIAN, Kevork. Nagorno-Karabakh: are Armenia and Azerbaijan sliding towards all-out war? **The Conversation**, Birmingham, University of Birmingham, 2020, Disponível em: <https://theconversation.com/nagorno-karabakh-are-armenia-and-azerbaijan-sliding-towards-all-out-war-147066>. Acesso em: 25 Ago. 2022.

PAPAZIAN, Lalg. **A People's Will: Armenian Irredentism over Nagorno Karabakh**. In: The Making of Nagorno-Karabakh. Palgrave Macmillan, London, 2001. p. 54-94.

PATRÍCIO, Isadora; VONO, Gabriella. As buscas pelo cessar-fogo e as hostilidades em Nagorno-Karabakh. In: OAC (Brasil). **Observatório de Análise de Conjuntura**, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://oaconjuntura.wordpress.com/2021/05/11/as-buscas-pelo-cessar-fogo-e-as-hostilidades-em-nagorno-karabakh/>. Acesso em 10 set. 2022.

RUPERT, James. **A Fire in the Garden: Can We End the Nagorno- Karabakh War?**. U.S. Institute of Peace, p. 1-4, 1 out. 2020.

SENGUPTA, Amit. As origens do conflito entre Armênia e Azerbaijão em Nagorno-Karabakh. **Revista Galileu**, 23 out. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/10/origens-do-conflito-entre-armenia-e-azerbajao-em-nagorno-karabakh.html>. Acesso em: 14 jul. 2022

SHAFFER, Brenda. **A Política da República Islâmica do Irã em Direção ao Conflito por Nagorno-Karabakh**. In: CORNELL, Svante E. et al. **The International Politics of the Armenian-Azerbaijani Conflict: The Original "Frozen Conflict" & European Security**. Nova York (EUA): Palgrave Macmillan, 2017. cap. 8.

TOAL, Gerard; O'LOUGHLIN, John. Land for peace in Nagorno Karabakh? Political geographies and public attitudes inside a contested de facto state. **Territory, Politics, Governance**, v. 1, n. 2, p. 158-182, 2013.

VASH, Wahid Rashid. The Caucasus, Its Peoples, and Its History. **Research Journal of Humanities and Social Sciences**, v. 5, n. 4, p. 433-438, 2014.

WELT, Cory; BOWEN, Andrew S.. "Azerbaijan and Armenia: The Nagorno-Karabakh Conflict." LIBRARY OF CONGRESS WASHINGTON DC, 2021.

### **Title**

**Nagorno-Karabakh: the role of Russia and Turkey in the conflict between Armenia and Azerbaijan.**

### **Abstract (em espaço simples)**

The aim of this academic work is to contribute to a better understanding of the conflict in Nagorno-Karabakh's territory. In order to reach that goal, this project seeks to analyze the struggle between Armenia and Azerbaijan as well as the influence of Russia and Turkey on that conflict through the Realist Theory of International Relations. Wherefore relevant authors were used with the aim of illustrating what these theorists think about international relations and to provide the necessary tools to interpret the conflict in Nagorno-Karabakh. As it is an economically and politically important region of the Caucasus, Russia and Turkey have their own interests in the region, repeatedly acting as mediators in the conflict. Because of that it is of paramount importance to use the appropriate theorists and apply their thoughts to obtain the results that this research would like to achieve. Through a qualitative approach and consulting secondary sources, with analytical purposes, the question that guides the research is what is the role of Russia and Turkey in the conflict between Armenia and Azerbaijan in the region of Nagorno-Karabakh?

### **Keywords**

Territory; territorial struggle; influence; realism.